

Divinópolis/MG, 07 de Novembro de 2018

Professores de São Gonçalo do Pará entram no terceiro dia de greve

Fotos: Jotha Lee/Sintram



No terceiro dia da greve dos professores de São Gonçalo do Pará, a categoria voltou a se concentrar em frente à prefeitura. A presidente do Sintram, Luciana Santos, que está acompanhando a greve diariamente, chegou à cidade hoje antes das 7h, conversou com os grevistas e em seguida reuniu-se com o prefeito Toninho André. Hoje a tarde haverá uma assembleia pra definir os rumos do movimento.



Os professores da rede municipal de ensino de São Gonçalo do Pará entraram no terceiro dia de greve nesta quarta-feira (7). A categoria paralisou as atividades na última segunda-feira (5), em protesto contra o parcelamento e os atrasos nos salários. Todas as escolas da rede municipal foram afetadas pelo movimento e estão sem aulas. Nesta terça-feira (6) foram paralisadas as atividades do Cemei Abda Pena Duarte, única escola da rede pública municipal da cidade que não havia parado na segunda-feira, quando a greve foi iniciada.

A exemplo do que ocorreu nos dias anteriores, nesta quarta-feira os professores em greve concentraram-se em frente à prefeitura logo no início da manhã. O prefeito de São Gonçalo do Pará, Toninho André (MDB), ao chegar à prefeitura pouco antes das 8h, parou junto a alguns professores que já estavam no local. Visivelmente constrangido, ele trocou algumas palavras com a categoria, mas não sinalizou nenhum acordo. Pouco depois o prefeito se reuniu com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, e com o dirigente sindical, Eduardo Parreira. No encontro, que durou pouco mais de meia hora, a presidente do Sintram exigiu que o prefeito apresente uma proposta para os professores. Essa proposta deverá ser discutida pela categoria em uma assembleia convocada para as 15h30.

Os professores seguem concentrados em frente à prefeitura, onde deverão permanecer até o início da assembleia. O teor da proposta a ser apresentada pelo Executivo ainda é desconhecido, já que a presidente do Sintram exigiu que seja elaborado um documento oficial. “Pedimos que a proposta seja feita em um documento oficial e assinada pelo prefeito para que possamos apresentar aos professores na assembleia. Se a categoria aceitar a proposta oferecida pelo prefeito, a greve pode até ser encerrada hoje. Caso a categoria não aceite, o movimento vai continuar por tempo indeterminado. A decisão é do servidor. O que a categoria decidir será atendido pelo sindicato”, explicou Luciana Santos.

Os professores de São Gonçalo do Pará estão sem receber seus salários integrais desde o início do segundo semestre. Até agora, segundo a categoria, o prefeito pagou 51% dos salários de setembro e não há expectativa de quando o restante da folha do mês será quitado. Para agravar ainda mais o quadro, a categoria não vai receber os salários de outubro no quinto dia útil, que será amanhã. “Nossa expectativa é que o prefeito apresente uma proposta digna, mas o que os professores querem é receber o restante dos salários de setembro imediatamente e que a prefeitura não continue parcelando os salários. Vamos ver o que o prefeito tem a nos apresentar e a decisão será da assembleia hoje a tarde”, finalizou Luciana Santos.

O SINTRAM INFORMA:

Ribeiro é reeleito presidente do CSM



Com 96,6% dos votos válidos, a chapa única venceu as eleições para quadriênio 2019/2022 do Clube dos Servidores Municipais (CSM). Os sócios votaram na sede do clube de 9h às 17h, nesta terça-feira (06/11). De acordo com o estatuto do clube, os sócios permanentes tiveram direito de votar. O atual presidente do CSM, João Ribeiro, compôs a chapa vencedora, e ficará mais quatro anos na presidência do clube.

“Agradeço cada voto na nossa chapa. A eleição mostrou que estamos no caminho certo e os sócios confiam no nosso trabalho. Foi uma gestão de quatro anos e meio de intenso trabalho, mas que nos traz a satisfação e a certeza em que pautamos pelo amor, honestidade e transparência em gerir um dos melhores clubes de nossa região”, afirmou João. O presidente do CSM lembrou das dezenas de obras e ações durante os últimos quatro anos.

Depois de 12 anos, STF determina execução de pena de deputado condenado à prisão na máfia das ambulâncias



(Congresso em Foco) A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, por unanimidade, o imediato cumprimento da pena de seis anos, dez meses e seis dias de prisão, em regime semiaberto, pelo deputado Nilton Capixaba (PTB-RO). Os ministros negaram o segundo recurso apresentado pela defesa contra a condenação por corrupção, imposta pelo próprio tribunal em fevereiro.

De acordo com os ministros, ficou comprovado que Capixaba integrou a chamada “máfia das ambulâncias”, que desviava recursos de emendas parlamentares destinadas à compra desse tipo de veículos para prefeituras municipais. As investigações foram abertas em 2006 pela Operação Sanguessugas, da Polícia Federal, que resultou na abertura de uma CPI com o mesmo nome no Congresso. A comissão parlamentar de inquérito recomendou a cassação de

72 parlamentares. Nenhum deles foi cassado. Na época a Polícia Federal estimou que o esquema movimentou R\$ 110 milhões de maneira ilegal.

O ministro Gilmar Mendes, que relatou o processo, defendeu o imediatamente cumprimento da pena por entender que os recursos de Capixaba eram apenas protelatórios e que os atos atribuídos ao deputado eram muito graves por envolver desvios de dinheiro da saúde. A defesa do petebista contestava o tamanho da pena.

Passaram-se 12 anos entre as primeiras acusações contra o deputado até sua condenação. De acordo com as investigações, o esquema consistia na destinação de emendas parlamentares para a compra de ambulâncias, por meio de licitações fraudulentas, da empresa Planam. Em troca, segundo os investigadores, deputados e senadores envolvidos recebiam um percentual do repasse como propina.

Capixaba reforça a bancada de parlamentares de Rondônia que tiveram a prisão decretada após condenação criminal. A lista é composta também pelo ex-deputado Natan Donadon (ex-MDB) e pelo senador Acir Gurgacz (PDT). O também senador Ivo Cassol (PP) foi condenado pelo STF a mais de quatro anos de prisão, mas teve sua pena reduzida e, com isso, teve sua punição convertida em prestação de serviços.

“Ame-o ou deixe-o”: SBT resgata slogan da ditadura, mas recua e exclui vinhetas após repercussão



(Congresso em Foco) O Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) começou a veicular nesta terça-feira (6) uma série de vinhetas de natureza ufanista (veja o vídeo abaixo) que resgatam slogans do mais recente período da ditadura militar (1964-1985). Mas, depois da repercussão negativa em redes sociais, as inserções foram interrompidas.

Com poucos segundos, os filmetes mostram paisagens brasileiras intercaladas com a palavra "Brasil" imersa

em verde e amarelo. Os filmes incluem o hino nacional ao fundo e músicas como "Eu te amo, meu Brasil".

Trata-se de uma canção composta pelo artista Dom, da dupla Dom & Ravel, que fez sucesso no início da década de 1970 na versão da banda Os Incríveis. As peças remetem a campanhas nacionalistas que marcaram o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), um dos mais sangrentos períodos dos chamados "anos de chumbo".

[Clique aqui](#) e veja as vinhetas

As vinhetas causaram alvoroço nas redes sociais e na própria imprensa especializada. "Silvio Santos voltou ao regime militar", escreveu o site Antagonista, referindo-se ao apresentador e proprietário do SBT.

A marca da emissora de TV, ou qualquer outra, não aparece no vídeo. Por meio de sua assessoria, o SBT limitou-se a confirmar, antes da exclusão dos materiais, que a veiculação das peças é de sua responsabilidade, mas sem entrar em detalhes. Ainda segundo a emissora, o segredo em torno das vinhetas será mantido por "questões estratégicas".

RECUO

Depois de decidida a interrupção das inserções, o SBT passou a dizer que houve "equivoco" na veiculação.

Senado marca para hoje votação de reajuste salarial dos ministros do STF

(Estadão) O Senado pode votar nesta quarta-feira (7) o projeto de lei que aumenta o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e para o procurador-geral da República de R\$ 33 mil para R\$ 39 mil. Ontem (terça, 6), o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), colocou em votação o requerimento para incluir a matéria na pauta de hoje.

O presidente eleito Jair Bolsonaro disse hoje em Brasília, na saída de um encontro com o comandante das Forças Aéreas Brasileiras, que "vê com preocupação" a aprovação da proposta para as contas públicas e que "não é o momento". O salário dos ministros do Supremo é o teto do funcionalismo público.

Segundo o blog de Maurício Stycer (UOL), a intenção inicial de Silvio Santos era transmitir uma mensagem de união do país agora que as eleições mais polarizadas da história chegaram ao fim.

"Como em várias outras situações, o dono do SBT não consultou ninguém, nem deu explicações. Chamou um assistente, transmitiu as mensagens que gostaria de ver no ar e ponto final. A mensagem que causou maior choque foi a primeira, exibida no intervalo do 'Fofocalizando'. Ao som do Hino Nacional, exibe cartões postais de algumas cidades e termina com o locutor oficial do SBT dizendo: 'Brasil: ame-o ou deixe-o!' Este slogan, dirigido a quem se opunha à ditadura, se tornou um dos símbolos do regime militar", escreveu o blogueiro.

"Diante da surpresa total, houve quem, mais otimista, tenha especulado que os spots poderiam ser um 'teaser' para anunciar uma reprise da novela 'Amor e Revolução'. Escrita por Tiago Santiago, foi exibida entre abril de 2011 e janeiro de 2012 e tem a ditadura militar como tema principal. Outra especulação, bem mais plausível, é que foi um aceno em homenagem a Jair Bolsonaro, recém-eleito presidente do Brasil. Capitão reformado do Exército, Bolsonaro sempre enalteceu o período da ditadura militar", acrescentou Mauricio.

"Acho que estamos numa fase que todo mundo tem ou ninguém tem. Sabemos que o Judiciário é o mais bem aquinhado entre os poderes. A gente vê com preocupação" disse Bolsonaro. A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2016 e estava na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Se aprovado, o projeto deve produzir efeito cascata para o aumento dos salários de várias categorias, nas demais esferas do Judiciário. Também deverá ser usado como referência para a fixação dos vencimentos da próxima legislatura no Congresso. O relator da proposta, senador Ricardo Ferraço (MDB-ES), criticou a decisão de Eunício e reclamou que não foi consultado sobre o assunto.